



REA-PR TECENDO SONHOS: ENLAÇANDO A GOVERNÂNCIA DAS UNIVERSIDADES EM REDES NA RIO+20 - RUMO AS COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Gustavo Henrique dos Reis (IC)¹

Fabiana Brandelero (IC)²

Irene Carniatto (PQ)³

Laysa da Silva Pereira (IC)⁴

Resumo: O círculo de diálogos propostos pelas REASUL, REA-PR e REAP (Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, Rede Paranaense de Educação Ambiental, Rede Ambiental Alta Paulista coordenado pelas universidades UNIOESTE, UEM, UNESP, UNIVALI e UEPG, foi desenvolvido durante a realização da Cúpula dos Povos, integrante do evento da ONU intitulado Rio+20, que aconteceu no ano de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. A atividade teve por objetivo reunir as instituições dispostas a promover a troca de saberes, experiências, sentimentos reflexões e propostas futuras, frente a governança das instituições e sociedade civil organizada, para estabelecer Universidade Sustentáveis. Valendo-se de estratégias de trabalho coletivo foi proposto o fortalecimento das redes colaborativas, ultrapassando o ensino formal e que cheguem as áreas de bolsões de pobreza, fundamentados nos compromissos da humanidade para o sec.XXI. A oficina se deu através do círculo de diálogos, com debates e atividades de sensibilização ambiental na tenda da REBEA. Contudo, muitos temas foram abordados ou expostos, percebeu-se um grande desejo de mudança e compromisso para com as causas ambientais e que existe ainda um longo caminho para ser traçado e algumas barreiras para serem vencidas.

Palavras Chave: Rio+20, Redes de Educação Ambiental, Universidades.

Abstract: The circle of dialogues was proposed for RASUL, REA –PR and REAP during the Cúpula dos Povos showed in Rio +20, that happened last year in Rio de Janeiro. The objective of the activity was get together institutions capable to promote reciprocation of knowlege, experiences, feelings ,reflections and future suggestion , front of the institutions administration and organized civil society, to stablish Sustainable University. Worth about the collective work strategies was proposed the fortification collaborative network, exceed the formal education wich came to poor pockets , grounded in humanity commitment for the XXI century, the workshop happened through a dialogues circle with discussion and sensibilization ambiental activities on REBEA tent. However, many topics was aborded and appears a big desire of change and promises to ambiental causes and still exist a long way to be traced and some barrier to being overcome.

Key words: Rio +20; Networks of Environmental Education, University.

¹Graduando de Ciências Biológicas – Licenciatura da UNIOESTE, Campus Cascavel – PR, gustah_reis@hotmail.com

²Graduanda de Ciências Biológicas – Licenciatura da UNIOESTE, Campus Cascavel – PR, fabianabrandelero@yahoo.com.br



³Prof. Doutora, pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e do Colegiado de Ciências Biológicas da UNIOESTE, Campus de Cascavel – PR,, irenecarniatto@gmail.com

⁴Graduanda de Ciências Biológicas – Licenciatura da UNIOESTE, Campus Cascavel-PR, laysaa_yasa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2012 o mundo voltou os olhos para o Rio de Janeiro, onde mais uma vez uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada. Vinte anos haviam se passado desde a Eco92 onde foi assinado o Tratado de Educação Ambiental. A Rio +20 iniciou-se com o sentimento de dever não cumprido, onde as propostas que no passado foram assinadas, mas depois de anos percebe-se ainda que na maioria das vezes não existe o comprometimento das partes políticas para as questões já tratadas a anos atrás.

De acordo com Buss (2012) no mundo capitalista e globalizado de hoje a governança está diretamente voltada para os interesses econômicos e políticos, onde o acumulo de poder se dá através dos avanços tecnológicos e capitais, deixando de lado as questões sociais e ambientais que sofrem com o descaso político quando o suporte para essas questões são insuficientes e muitas vezes inexistentes. Sendo assim, a mobilização global que existe muitas vezes não passa de uma questão diplomática e política, se utilizando de termos como economia verde, para maquiagem os reais interesses envolvidos nas Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Exemplo disso é um evento de grande porte como a “Rio +20” que trata das questões socioambientais, ser realizado em um cidade onde existe uma pequena abrangência do programa de coleta seletiva, somada a falta de envolvimento das cooperativas por parte do poder público.

Não é de hoje que sabemos que o sistema se apropriou de temas como economia verde, para mascarar os reais interesses econômicos do capitalismo de um mundo globalizado e que busca o desenvolvimento econômico sem avaliar os riscos ambientais que o planeta sofre com tamanho avanço, seja ela econômico ou social, mas que ainda continua desigual.

De acordo com Almeida (2012) a “iniciativa verde” não passa de uma reestruturação de “velhas idéias” que até hoje não saíram do papel, e formam um conjunto de ação que devem ser tomadas pela iniciativa pública e privada para a indução de mudanças já desejadas, visando o desenvolvimento sustentável em grande escala. Contudo, percebe-se que a reformulações de velhas idéias se dá através da elaboração de documentos oficiais adotados por diversos países que passam anos sem por em prática nenhuma ou quase nenhuma ação definida nas Conferencias da ONU.

Na “Rio +20” mais umas vez a tomada de decisões resumiu-se a documentos oficiais e promessas feitas pelos chefes de Estado de todo o mundo. Porem, em um evento grandioso como este, um diferencial é a participação de vários movimentos paralelos incluindo o mais importante deles, a Cúpula dos Povos voltada para a sociedade civil.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo (Cúpula dos Povos, p.01, 2012).



Desta maneira, este movimento serve como uma forma popular e democrática para alcançar soluções através de discussões, debates, encontros e comitês, acabando com o sentido de impotência do cidadão preocupado com a causa ambiental, já que a “Rio +20” foi um movimento completamente elitizado, atentando apenas as questões diplomáticas, políticas e governamentais antes de qualquer coisa. A Cúpula dos povos afagou um sentimento negativo que as Conferências da ONU deixam, proporcionando a cada cidadão uma grande bagagem adquirida durante o debate, discussões e relatos oriundos de toda a sociedade civil do Brasil e do Mundo todo.

Diante da situação global atual fica clara a necessidade de uma mudança de atitudes através da conscientização e sensibilização por parte de todo cidadão para a questão ambiental. “O crescimento demográfico, o consumo incontrolável dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente passaram a exigir ações corretivas de grande envergadura” (TAUCHEN E BRANDLI, 2006, p. 504).

Neste cenário a proposta de um Circulo de Diálogos: “Tecendo Sonhos, enlaçando a governança das universidades em Redes – Rumo as comunidades sustentáveis” foi desenvolvida na Cúpula dos Povos, e se deu através de um circulo de diálogos e da aplicação de uma oficina para os interessados, visando uma melhor comunicação institucional, e desta forma enlaçar a governança das universidades em uma rede, interligando todas as instituições de ensino superior brasileiras, com a adoção de práticas sustentáveis dentro e fora do campus.

O circulo de diálogos foi facilitado, pois sua articulação se deu através da atuação da Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA juntamente com a participação de representantes das demais redes de educadores ambientais do Brasil. Hoje há redes de educação ambiental formadas em muitos estados brasileiros, isso sem falar das redes regionais e locais. Cria-se então forma a troca de informação, interação e proximidade dos educadores ambientais de todas as regiões do Brasil, que vêm na atuação em redes uma forma de fortalecimento de seus fundamentos e ideais vinculados à Educação Ambiental. Articulados sob a forma de rede, educadores ambientais de toda parte vêm cumprindo papel de consolidar este novo campo de conhecimento e de prática no Brasil, bem como, participando ativamente da construção das políticas públicas de educação e meio ambiente. Como cita Martinho (2004), a organização em redes é talvez, o mais interessante desafio para promover as transformações necessárias para uma nova forma de organização social, econômica, relacional e cultural entre as pessoas e grupos, que se caracterize pela cooperação, interdependência, autonomia, solidariedade, respeito recíproco e convivência entre diferenças.

Metade da população mundial vive hoje em cidades, o modelo econômico atual voltado para o consumismo acelera o processo de deterioração ambiental à medida que recruta cada vez mais trabalhadores para as etapas de fabricação, transporte e venda de mercadorias. Diante disso, temos um processo onde a cidade acaba sendo o ambiente mais propício para a conquista do emprego e de um salário digno, que seja capaz de saciar as vontades e os desejos consumistas da sociedade atual, mas ao mesmo tempo tais oportunidades não são sinônimas de desenvolvimento, quando simultaneamente a tudo isso as cidades não oferecem estrutura física adequada e sustentável para tal demanda. Contudo, temos então um preocupante processo de deterioração ambiental, causado pela exploração da matéria prima, pela poluição durante o processo de produção e pela destinação incorreta dos resíduos. Somado a tudo isso temos populações que sofrem com o descaso da falta de planejamento urbano e social, como também com uma política inteiramente voltada para os interesses econômicos.

O desafio que enfrentamos é mudarmos de um sistema que explora o desenvolvimento tecnológico por puro lucro, para outro que tem por objetivo tornar as cidades sustentáveis.



E isso exige mudanças fundamentais no comportamento humano, na prática do poder público, no comércio, na arquitetura e no planejamento urbano. O empresário que constrói apenas em busca do retorno financeiro, sem qualquer compromisso com o meio ambiente urbano ou com a qualidade de vida de seus cidadãos, está fazendo mau uso da tecnologia (Rogers, 2000 p. 23).

As Universidades assim como as outras instituições do ensino superior, surgem então para assumir uma responsabilidade fundamental na educação e na preparação dos cidadãos do século XXI, visando um futuro mais sustentável e ambientalmente correto. Uma instituição de ensino superior responsável pela educação e a preparação de novos profissionais e pesquisadores, deve incorporar os princípios da Educação Ambiental em seus programas de ensino. Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795/99 (BRASIL, 1999) e a recém-instituída Política Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná, Lei 17505 de 11 de Janeiro de 2013 (PARANÁ, 2013).

Porém, não basta apenas advertir ou dar o alarme, é preciso também servir de exemplo, buscando e concebendo alternativas viáveis para a prática sustentável com funcionários, docentes e acadêmicos. Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos dentro das instituições de ensino superior têm um efeito multiplicador, cada estudante, funcionário ou professor convencido das boas idéias de sustentabilidade, influencia o conjunto, a sociedade nas mais variadas áreas de atuação.

Em uma universidade o ensino deve ir além da preparação profissional, a educação e o ensino deve acompanhar as mudanças pela qual a sociedade passa. Segundo Kraermer (2004) Educar para o século XXI significa educar para a capacitação pessoal com os avanços tecnológicos, com as novas formas de pensar e agir e também para o enfrentamento dos problemas e das questões socioambientais, nas quais todo o ser humano está envolvido, visando uma sensibilização e a formação de um cidadão preocupado com o seu bem estar e com sua qualidade de vida.

Assim, a universidade deve estar preparada para atuar de forma conjunta, buscando alcançar todos os setores da instituição, e sensibilizar servidores e todos os acadêmicos, para que trabalhem de forma prática e ativa como um projeto comunitário. Para Sauvé (2005) o meio ambiente visto como projeto comunitário necessita de uma Educação Ambiental voltada para a cooperação humana, para a ação local visando o conjunto, pensando globalmente. Sendo que o meio ambiente é um só, e os seres humanos são bilhões que compartilham mesmo planeta. Desta forma o homem deve entender que faz parte do meio ambiente, numa visão em que a ação conjunta favorece o bem de todos, a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida. Assim, a interação com o meio deve se dar através de práticas e ações colaborativas, em parceria, em coletividade para que os resultados e a sensibilização aconteçam de forma mais eficaz.

De acordo com Lima (2003) o debate contemporâneo sobre sustentabilidade precisa de uma renovação nas formas de ensinar, nos modelos de ensino aprendizagem, como também na forma em que é tratado o tema. O futuro sustentável irá se refletir de forma errônea se o sentido “mercantil” dos conceitos de sustentabilidade continuar a serem usados de forma superficial e ultrapassados, só através da criação e da exercitação de novas práticas de aprendizagem e sensibilização o resultado será mais evidente. Portanto, os educadores têm um grande desafio pela frente, desenvolver nas universidades estratégias, que de forma dinâmica e profunda, busquem a conscientização de todos.

Contudo, é preciso começar devagar, usando todas as oportunidades para reforçar a consciência pública, governamental, e institucional, defendendo publicamente a necessidade de caminhar rumo a um futuro ambientalmente sustentável.



O fortalecimento de estratégias de consumo sustentável terá mais sucesso na medida em que a implementação de políticas públicas integradas, que promovam a mudança para padrões mais sustentáveis, promova tanto a redução das enormes desigualdades como contemplem aspectos legais, econômicos, sociais e ambientais para influenciar de forma transversal nas políticas públicas (Jacobi, 2006 p.185).

As forças políticas e comerciais, desnecessariamente direcionando o declínio devem ser balizadas por objetivos que busquem equidade social e comunidades e cidades sustentáveis. Para tal, a sociedade precisará explorar as modernas formas de comunicação e tecnologia, e lidar com a complexidade dinâmica das comunidades moderna. Em lugar dos atos que destruam o meio ambiente e alienem nossa sociedade, devemos construir comunidades que também devem estar convencidas do valor e da beleza da natureza, da importância do meio ambiente e do seu valor como cidadão educado e consciente, que busca viver em harmonia com os seres humanos e com os demais entes da natureza.

METODOLOGIA

A oficina de círculo e diálogos encontrou espaço na cúpula dos povos para o debate e troca de informações. Tudo aconteceu no espaço da Tenda Verde montada pela REBEA, onde de forma dinâmica temas como justiça social, justiça ambiental, equidade de gênero, economia ecológica, universidade e cidades sustentáveis estavam em pauta. A participação dos ouvintes era voluntária, onde todos eram convidados a participarem dos debates, o fluxo de pessoas era constante e a oficinas se deu de forma contínua, onde muitas pessoas diferentes participaram de algumas ou todas as etapas da atividade proposta durante aquela manhã. Contudo, a Educação Ambiental foi trabalhada como eixo transversal, estruturando as demais temáticas que foram aparecendo durante o decorrer do diálogo.

O círculo de diálogos foi coordenado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - Cascavel-PR), com a participação da Universidade Estadual de Maringá - PR (UEM), Universidade Estadual Paulista (UNESP – Tupã-SP), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI– Itajaí-SC) e Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (UEPG) e proposto pelas REASUL, REA-PR e REAP (Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, Rede Paranaense de Educação Ambiental, Rede Ambiental Alta Paulista, foi desenvolvido durante a realização da Cúpula dos Povos, integrante do evento da ONU intitulado Rio+20, que aconteceu no ano de 2013, na cidade do Rio de Janeiro.



Figuras 1 e 2: Discussões durante o decorrer da oficina, Tenda REBEA na Rio + 20, RJ-2013.

De forma mais prática no final aconteceu a dinâmica da rede dos sonhos, onde que uma rede de pesca aprendida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que era utilizada como instrumento na pesca predatória assumiu um novo papel ao ser exposta na tenda verde. Então, de forma simbólica pediu-se para que os participantes escrevessem no verso de coloridos peixes de papel que lhes foram entregues, alguma mensagem ou anseio para o futuro, para as próximas gerações. Logo, cada um pendurou o seu peixe na rede, onde os mesmo continuaram expostos, e alguns foram escolhidos de forma aleatória para que alguns desejos fossem lidos em voz alta e expostos para todos os participantes. Estas dinâmicas mostram importante ícone de sensibilização e educação ambiental ao se interpretar as possibilidades de reflexão sobre alternativas e intervenções sociais, nas quais a vida seja constantemente valorizada e os atos de deslealdade, injustiça e crueldade possam ser repudiados.



Figuras 3 e 4: Dinâmica da rede dos sonhos.

Por fim, formaram-se grandes grupos e simultaneamente as discussões se deram de forma norteada para que os grupos respondessem alguns questionários entregues que com o intuito de avaliar qual foi o perfil das instituições representadas que estavam participando, como também,

uma forma de registrar quais eram os programas ou projetos ambientais desenvolvidos por essas instituições.



Figura 5: Circulo de dialogo.



Figura 6: Curiosos do lado de fora da tenda.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Como resultados são apresentados e analisados alguns dos dados obtidos a partir das respostas dos questionários entregues para os participantes da oficina. Vale lembrar que a oficina não resultou em um questionário “a posteriori”. Todos os dados foram obtidos através das pré-concepções dos participantes.

Dentre os entrevistados, observou-se que a maioria participa de grupos de pesquisa, projetos ou programas relacionados à Educação Ambiental, como podemos ver na tabela 1:

Tabela 1: Participação em grupos de pesquisa, projetos ou programas relacionados à Educação Ambiental.

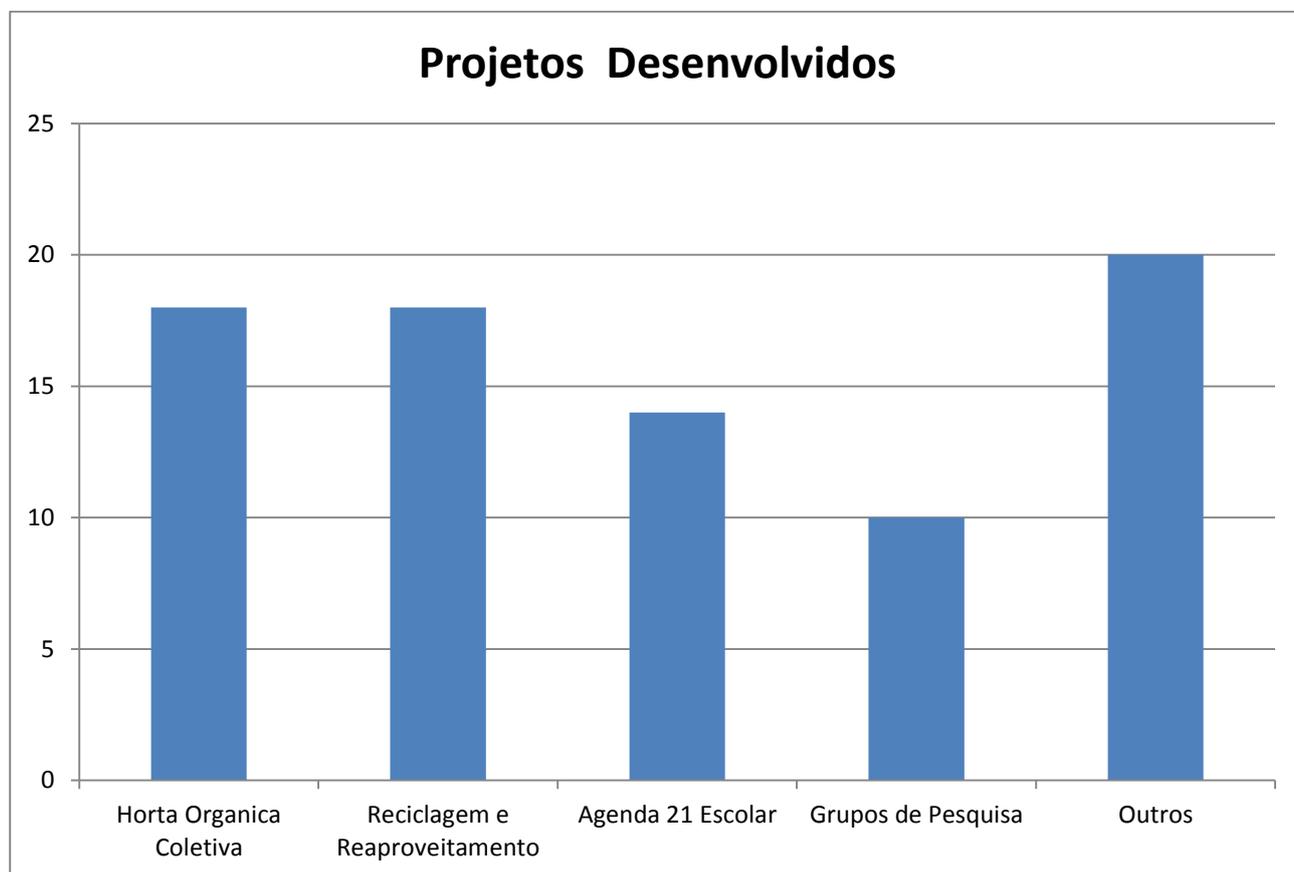
Respostas	Nº de entrevistados	%
Sim	77	97%
Não	3	3 %
Total	80	100%

Fonte: Questionários aplicados na oficina realizada durante a RIO+20.

De acordo com a tabela 1, observou se que a maioria dos participantes faz parte de algum projeto, programa ou ação voltado à temática de Educação Ambiental. Dentre as diversas atividades citadas que são desenvolvidas e relacionadas com Educação Ambiental, destacam-se os programas de hortas orgânicas coletivas citadas por (23%) dos questionários, os programas de reciclagem e reaproveitamento de materiais também com (23%) de afirmativas, a Agenda 21 Escolar com (18%),

os grupos de pesquisa em Educação Ambiental (13%), entre outros demais (20%) das respostas. Dentre estes, a horta orgânica construída nas instituições de ensino e os projetos de reciclagem e reutilização foram os mais evidentemente citados.

Gráfico1: Projetos em andamento mais citados, dos quais fazem parte os participantes da oficina.



Fonte: Questionários aplicados na oficina realizada durante a RIO+20.

A partir da horta coletiva, é possível estimular nos alunos a construção dos princípios, atitudes e responsabilidades ambientais, no ambiente escolar e no seu dia-a-dia, visto que as atitudes ambientais corretas devem ser aprendidas no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Através dos trabalhos com projetos em ambientes coletivos, surge então uma nova percepção de realidade por parte dos alunos. Além de estimular o interesse e a prática reflexiva para as questões ecológicas, esta maneira de conceber o ensino, traz para o estudante uma nova concepção onde ele se torna então parte integrante do meio ambiente (AMARAL, 2009).

Nesse cenário surge também a reutilização e reciclagem de materiais, assim como a horta também é um projeto simples e de fácil implementação âmbito social, coletivo e educacional. Os resíduos sólidos também fazem parte do ambiente escolar, seja nos papéis utilizados pelos professores e alunos, ou devido aos plásticos, material orgânico e metais. Certamente a construção



de um novo significado para os resíduos encontra resistências, em função tanto da cultura quanto da prática pedagógica (THIOLLENT, 2003).

Tradicionalmente a compostagem é vista como uma prática usual em propriedades rurais e centros de reciclagem de resíduos. Porém a prática pode ser implantada em qualquer meio, inclusive em uma escola. Hoje, no espaço urbano existe a crença de que lixo deve ser recolhido pela prefeitura e despejado em algum local onde possa feder e sujar a vontade. Mesmo atualmente ainda existe uma falta de esclarecimento para com a questão da destinação do lixo, onde muitos não sabem onde o resíduo produzido em sua casa acaba sendo destinado. Diante deste quadro percebe-se que a problemática do lixo é uma abordagem pouco preocupante quando não temos a mínima noção da gravidade do problema, assim deixamos de lado a crítica para com a destinação incorreta, produção de resíduo e ineficácia de aterros sanitários, pois seguimos o normalismo de viver com as questões do lixo apenas no momento em que estamos vendo e lidando com ele. A reciclagem é, indiscutivelmente, uma das melhores soluções para o problema que representa a maior parte dos nossos resíduos domésticos (SILVA; GOMES; CATÃO; et al, 2004). Em tempos de preocupação com o meio ambiente, uma maneira consciente de dar destino ao lixo que cada um produz é estimular a reciclagem e a reutilização. Contudo são de extrema importância as práticas ambientais que a escola possui, pois devem servir de exemplo e refletir uma realidade de mudanças.

Dias (2000), diz que a educação ambiental tem caráter interdisciplinar, por lidar com a realidade, por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental, por considerar que a escola não pode ser apenas um amontoado de gente trabalhando com outro amontoado de papel; por ser catalisadora de uma educação para a cidadania consciente, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos em que se vislumbre a possibilidade de mudança e de melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência.

Um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento chamado “Agenda 21” que pode ser definido como um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país. A Agenda 21 Brasileira explicita as grandes questões a serem enfrentadas e pactuadas entre governo e sociedade para atingir a sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional, apresentando diagnósticos e proposições (MALHEIROS, COUTINHO; 2008).

“[...] a Agenda 21 é um processo voltado para a identificação, implementação, monitoramento, ajuste de um programa de ações e transformações, em diversos campos da sociedade. Trata-se de um processo que resgata a raiz básica ao planejamento, ao apontar para cenários desejados e possíveis, cuja concretização passa pela pactuação de princípios, ações e meios entre os diversos atores sociais, no sentido de aproximar o desenvolvimento de uma dada localidade, região ou país, aos pressupostos e princípios da sustentabilidade do desenvolvimento humano. Portanto, deve ser um processo público e participativo, em que haja o envolvimento dos vários agentes” (BORN, 1998, p.11).



Esse plano de ação é então pensado de forma local e implantado na escola, buscando assim uma gestão sustentável das escolas para a resolução dos problemas sociais, econômicos e ambientais, no contexto da comunidade escolares sendo os órgãos de gestão das escolas, professores, alunos, pais e funcionários, entre outros.

Outra relevante afirmativa foi a participação dos entrevistados em grupos de pesquisa em educação ambiental que são formados e estruturados geralmente nas universidades e demais instituições de ensino. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por exemplo, existe desde 2009 o Grupo GEPEABIO - UNIOESTE, um grupo de estudos formado por acadêmicos de graduação, pós-graduação e alguns professores que discutem temas relacionados à questão ambiental e sustentabilidade como também, fazem pesquisas em linhas como as Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental, a formação inicial e continuada de professores, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, mapeamentos sociais, mídias ambientais, entre outras. Todos do grupo, nesse caso, estão vinculados ao Projeto Sala Verde, e o Projeto Circuito Tela Verde programas do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental.

Dentro da classe “outros” se encontram projetos de extensão universitária, projetos vinculados a revitalização e limpeza dos rios e córregos, como também programas ambientais de empresas como a Hidroelétrica de Itaipu.

Sendo que a água é um bem precioso e cada vez mais tema de debates no mundo todo. O uso irracional e a poluição dos rios podem ocasionar a falta de água doce muito em breve, caso nenhuma providência seja tomada. A recuperação da condição natural de rios anteriormente poluídos permite melhorar as condições do ecossistema, com também preservar e sensibilizar as populações ribeirinhas através desses mutirões de limpeza.

Os projetos de extensão universitária também foram lembrados, destacando-se o Projeto Rondon citado algumas vezes. Com caráter multidisciplinar, que possibilita ao estudante a construção de projetos sociais multidisciplinares e, sua consequente aplicação em comunidades com baixo IDH, este projeto, o maior projeto de extensão universitária do país, se caracteriza sendo uma realidade com a participação de acadêmicos de instituições de ensino superior, que muitas vezes atuam em operações que visam capacitar, mobilizar e realizar campanhas na área de saneamento ambiental, particularmente no que se refere a resíduo sólido, esgotamento sanitário e água, como também incentivar o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo para a geração de renda e o desenvolvimento econômico sustentável.

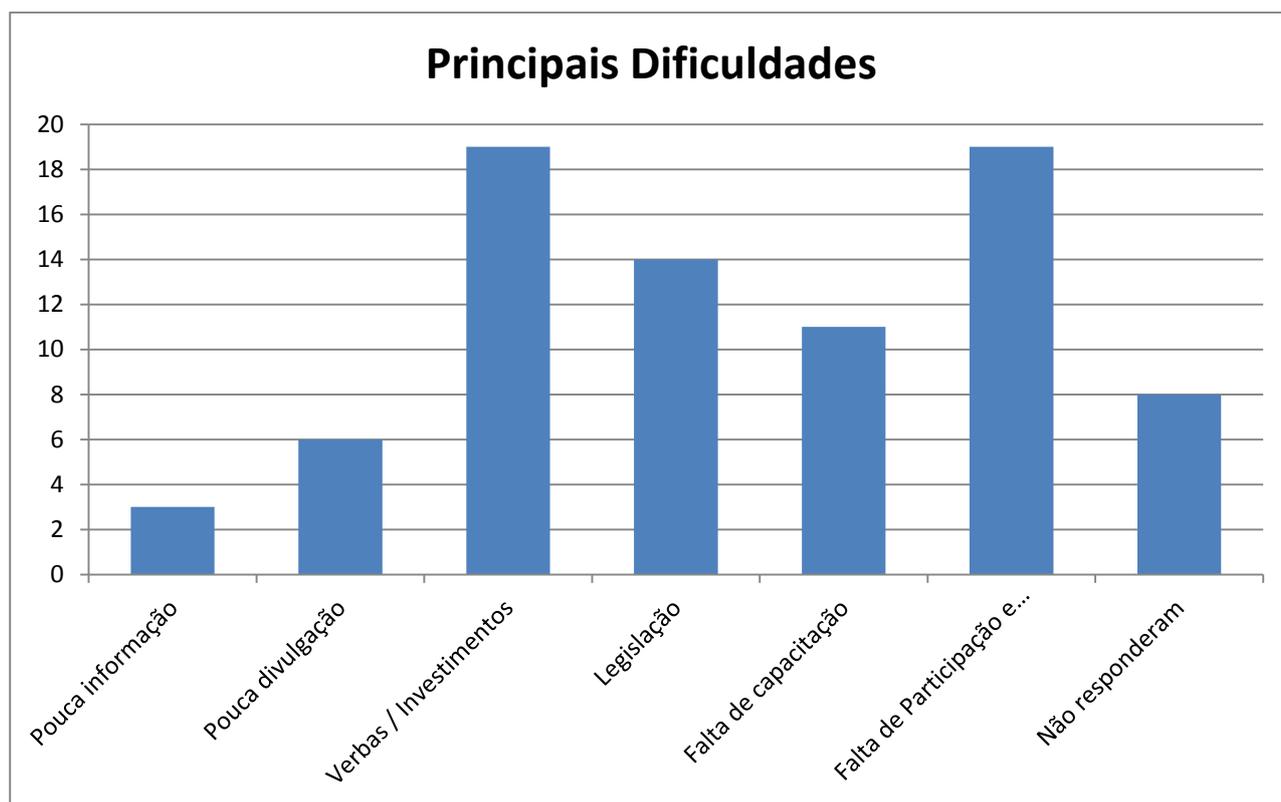
Conforme Marcovitch (1994), a extensão universitária tem como premissas ser uma credencial de excelência, pois as Universidades conseguem repassar a comunidade externa, em forma de serviços ou ensinamentos, o conhecimento acumulado em todas as áreas, como também prestar assistência à população cobrindo um universo significativamente maior que os cursos formais de graduação e pós-graduação. Atingindo por fim o perfil da Universidade, entendida como instituição a serviço da coletividade.

Também citados dentre “outros”, alguns programas ambientais de grandes multinacionais como, por exemplo, as ações realizadas no Programa Cultivando Água Boa (CAB) da empresa Itaipu Binacional para o alcance do desenvolvimento sustentável. O programa contempla diversas

ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e com a promoção da qualidade de vida nas comunidades da Bacia Hidrográfica do Paraná³.

A seguir o gráfico 2, destaca as principais dificuldades encontradas pelos entrevistados em relação à realização da Educação Ambiental no cotidiano.

Gráfico 2: Dificuldades encontradas na realização das atividades de Educação de Ambiental



Fonte: Questionários aplicados na oficina realizada durante a RIO+20.

Com base nos resultados do gráfico acima, percebemos que a principal dificuldade relatada pelos participantes foi a falta de verbas/investimento (24%) nas ações de Educação Ambiental, como também a falta de participação e conscientização da comunidade (24%).

A falta de recursos financeiros e materiais geram dificuldades relevantes no desenvolvimento da Educação Ambiental, inviabilizando atividades que possivelmente poderiam ser desenvolvidas e contribuir para a compreensão das problemáticas ambientais que estão presentes no dia-a-dia.

De acordo com Travassos (2001):

A forma de pensar e agir sobre os problemas ambientais implicam inter-relação da ética, da política, da economia, da ciência, da cultura, da tecnologia, da ecologia, para uma prática da educação ambiental voltada para a mudança do comportamento das comunidades e até mesmo para a atuação da escola como agente transformador da cultura e da conscientização



das pessoas para os problemas ambientais. A partir da mudança do comportamento dos indivíduos e da conscientização dos mesmos para essas questões, a mudança nos currículos escolares seria uma forma de tornar a Educação Ambiental mais efetiva (TRAVASSOS, p.04, 2001).

A legislação em torno das questões ambientais, também é lembrada como dificuldades para a realização das atividades de educação ambiental. Cerca de (18%) dos participantes, destacaram este tópico. Ainda hoje temos a elaboração e estruturação de algumas leis que são completamente tendenciosas e favorecem o interesse capitalista, ao em vez de se levar em consideração o meio ambiente de fato. Questões delicadas que permeiam a realidade dos brasileiros e que envergam a Legislação Ambiental Brasileira a todo o momento. O exemplo disso se tem sempre presente no embate direto entre dois ou demais grupos, a exemplo disso os ambientalistas e os ruralistas quando se trata do Código Florestal Brasileiro, por exemplo. Temos então uma legislação que está em constante mudança sempre tentando favorecer os interesses políticos e econômicos dos diversos grupos da nossa esfera social, muitas vezes deixando as questões ambientais e propriamente ditas em segundo plano. Contudo, o trabalho de educação ambiental deve ser gerido por uma gestão ambiental que siga a normas e leis que venham a fundamentar tópicos e estruturar ideologias, quando se tem por objetivo sensibilizar o ser humano para um futuro sustentável.

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo nesse contexto as ações em educação ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas institucionais e econômicas voltadas para a proteção, recuperação e melhoria sócio ambiental, despontam também as atividades no âmbito educativo (PRONEA, 2003).

Ainda assim, a legislação ambiental no Brasil é considerada uma das melhores e mais avançadas, mas, existem fatores que contribuem para a dificuldade de se implementar a Educação Ambiental entre outros: a dificuldade de encontrar informações sistematizadas, pois é elevado o número de documentos legais a respeito; a existência de uma diversidade de órgãos ambientalistas nas esferas federal, estadual, municipal e ONGs e o pouco interesse da população em analisá-los (TRAVASSOS, 2001).

Ainda foram lembrados os tópicos, falta de capacitação (14%), pouca divulgação (8%) e pouca informação (4%) segundo os entrevistados.

A grande dificuldade que temos enfrentado atualmente é a falta de participação da sociedade nos processos decisórios instrumentos eficazes, porém, não solitário é a Educação Ambiental, que estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, é necessário que toda a sociedade planeje e programe alternativas para resolução dos problemas e participe ativamente na construção de um futuro melhor (GOTTARDO, 2010).

Segundo Rocha (2000), educação ambiental é um processo de tomada de consciência política, institucional e comunitária da realidade ambiental, do homem e da sociedade, para analisar, em conjunto com a comunidade, através de mecanismos formais e não formais, as melhores alternativas de proteção da natureza e do desenvolvimento socioeconômico do homem e da sociedade.

Para Narcizo (2009):



A questão ambiental não é somente a relação do homem com o meio em que vive, vai muito além, refletir sobre a relação entre o meio ambiente e os nossos hábitos e costumes é decisivo para a nossa qualidade de vida, no presente e no futuro, é também a certeza de novas gerações (NARCIZO, p.93, 2009).

Em outras palavras, esclarecemos que para o exercício da prática sustentável, com certeza, será necessário romper certas atitudes, unindo a Educação Ambiental nas suas dimensões: políticas, econômicas, éticas e culturais (CARNIATTO; AMARAL; VALDAMERI, 2011). Paralela as ações e metas traçadas no evento da ONU, os participantes também citaram algumas medidas de relevância para se pensar em um futuro sustentável. A tabela 2 nos mostra algumas falas dos participantes em relação às metas para um futuro sustentável.

Tabela 2: Respostas dos participantes da Oficina realizada durante a RIO+20

CATEGORIA	ENTREVISTADOS	FALA
<i>Conhecimento dos problemas ambientais</i>	<i>Participante 1</i>	<i>“Para conseguirmos traçar caminhos e projetos sustentáveis, responsáveis socialmente e viáveis economicamente é preciso conhecer os problemas e o meio que ele esta inserido”</i>
<i>Valorização dos recursos naturais</i>	<i>Participante 2</i>	<i>“É importante que a sociedade busque a valorização do meio ambiente em prol das gerações presentes bem como as futuras através do desenvolvimento sustentável”</i>
	<i>Participante 3</i>	<i>“Sociedade e meio ambiente podem viver em harmonia desde que haja consciência que os recursos naturais são esgotáveis e os resíduos gerados devem ser reaproveitados”</i>
<i>Efeito Sistêmico</i>	<i>Participante 4</i>	<i>“Não podemos pensar que o ser humano não faz parte do meio ambiente, tudo que fazemos influencia em todos os ecossistemas e nos atinge também melhorar a situação do meio ambiente garante o nosso futuro também”</i>

Fonte: Questionários aplicados na oficina realizada durante a RIO+20.

O direito ao meio ambiente e o seu reconhecimento como um direito fundamental do ser humano surgiu com a elaboração da Declaração de Estocolmo, documento resultante da



Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela ONU em 1972. No Princípio 1 e 2 dessa Declaração proclama-se:

“1 - O homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras”.

“2 - Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequada.”

Tais princípios somados as falas dos participantes deixa evidente que o meio ambiente deve ser então entendido de forma integrada, conjunta e dependente pelo ser humano.

Como afirma Berna (1994):

Infelizmente, o processo civilizatório acabou resultando em sociedades mecanizadas, como se o único objetivo de seu viver fosse o de trabalhar para produzir objetos ou saberes. Os indivíduos passaram a ser uma “peça de engrenagem”, que só tem valor se estiver em perfeitas condições para produzir. O desafio agora é encontrar uma nova ética para nossa relação com a natureza, da qual não somos mais os usufrutuários, mas partes integrantes (BERNA, p. 58, 1994).

Através da inserção do meio ambiente em uma nova concepção como um direito fundamental e vital, permite-se uma maior amplitude e efetividade na sua proteção. A preservação dos recursos naturais é a única forma de se garantir e conservar o potencial evolutivo da humanidade. Segundo Hogan (1995), a noção de sustentabilidade implica numa necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com respeito à capacidade de suporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as ações de Educação Ambiental são ainda um grande desafio a ser vencido, visto que, a Educação Ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem os conflitos de maneira justa e humana, este último, define qual o principal objetivo da metodologia utilizada, quando se refere à capacitação de pessoas e troca de informações. Sabemos que deve-se buscar a mudança de comportamentos responsáveis com o ambiente e a transformação de uma visão antropocêntrica para o biocêntrico, onde se cria laços de pertencimento, dependência e de proteção do indivíduo para com o seu meio ambiente.

Nesse cenário a atuação das redes de educação ambiental permite uma maior troca de experiências e permite aproveitar mais racionalmente o tempo e as atividades através da partilha da reflexão e articulação de um número maior de projetos de educação e gestão ambiental, permitindo acelerar o processo de desenvolvimento sustentável engajando os atores na busca por objetivos a longo prazo, através da construção de estratégias integradas e compartilhadas. Com a



atuação em rede estimula-se então uma maior participação por meio da procura por soluções comuns aos problemas da coletividade.

Contudo, a RIO + 20 no seu caráter da participação civil, possibilitaram através da Cúpula dos Povos, grandes trocas de experiências e vivências de pessoas que estão realmente engajadas com a questão ambiental, e preocupadas com um futuro sustentável para o planeta. Por fim, em todo o círculo de diálogo, as dinâmicas e a participação popular tracejaram novas perspectivas e fomentou a esperança no longo caminho da Educação Ambiental para sociedades sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. **Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações**. *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 93-103.

AMARAL, Anelize Queiroz; A implantação de horta orgânica como instrumento para a formação de alunos participativos; **Seminário Internacional “Experiências de Agenda 21: Os desafios de nosso tempo”**; Ponta Grossa, 2009.

Belo Horizonte, 2004.

BERNA, Vilmar. **Ecologia para Ler, Pensar e Agir: Ética e EA para Todas as Idades**. São Paulo: Paulus, 1994.

BORN, R. **Caminhos, descaminhos e desafios da Agenda 21 brasileira**. *Debate sócio ambiental*. São Paulo, v.4, 1998-1999

BUSS, Paulo Marchioriet al. **Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2012, vol.17, n.6, pp. 1479-1491.

CARNIATTO, I.; AMARAL, A. Q.; VALDAMERI, A.; Educação Ambiental na Separação de Resíduos; **Revista Catedral**, vol.184; pg.36, Cascavel, 2012.

CUPULA DOS POVOS; Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental – Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida; Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>, Acesso 16/07/2012.

Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano; Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

Dias, G. F.; **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. Gaia, São Paulo, Brasil, 552pp.,2000.



GOTTARDO, Rose. Programa de educação ambiental na coleta seletiva. Revista Gestão de Resíduos. São Paulo, n. 21, Nov./Dez. 2009.

HOGAN, D. J. (1995): “A Qualidade Ambiental Urbana, oportunidades para um novo salto” em **Revista São Paulo em Perspectiva**. Julho-setembro, 9 (3), pp. 17-23.

JACOBI, Pedro. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. *Ambient.Soc.* [online].2006, vol.9, n.1, pp. 183-186.

KRAERMER, Maria Elizabete Pereira; **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM) - ISSN 1677-7387 Faculdade Cenecista de Campo Largo - Coordenação do Curso de Administração**; v. 3, n. 2, nov./2004 - <http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/>

LIMA, Gustavo da Costa; O Discurso da Sustentabilidade e Suas Implicações para a Educação; **Ambiente & Sociedade**; vol. 06; p. 99-119; Campinas SP, 2003.

LOPES, Camila P.; CLARO, José Alberto Carvalho dos SPerspectivas para o Desenvolvimento Sustentável Regional: Recebimento de Royalties na Região Metropolitana da Baixada Santista-SEGGeT– **V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**; Resende, 2008.

MALHEIROS, Fabricio Tadeu; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02.pdf>. Acesso em: 26/07/2013.

MARCOVITCH, J. **Diretrizes sobre cultura na USP**/ Apresentado ao Conselho de Cultura e Extensão Universitária, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, 10 de março 1994. p.38

MARTINHO. C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2004.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande/RS, v. 22, p. 86-94, jan./jul. 2009.

PARANÁ. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental do Paraná. Lei nº 9795/99 de 11 de Janeiro de 2013. Disponível: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>. Acesso: 26 ago 2013.

PRONEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. Secretaria do Meio Ambiente. 2003.

ROCHA, José Sales Mariano da. **Educação ambiental técnica para os ensinos fundamental, médio e superior**. 2 ed. Santa Maria: Pallotti, 2000.

ROGERS R.; **Cidades para um pequeno planeta**; Editorial Gustavo Gili, S.L; ISBN 84-252-1889-6; Barcelona, 2000.



SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAUVÉ, Lucie; **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago, 2005.

SILVA, José Izaquiel Santos; GOMES Antonia do Desterro; CATÃO Maria José Duarte; et al; Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Proposta de Educação Ambiental para o Brejo Paraibano. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004**.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero; A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Modelo para Implantação em campus universitário; **Gestão & Produção**, v.13, p. 503 - 515 2006.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. **Coleção temas básicos de pesquisa-ação**. V.12, São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVASSOS, Edson Gomes. A Educação Ambiental nos Currículos: dificuldades e desafios. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Belo Horizonte, v. 1, n.2, 2001.